

ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS NO CAMPO: CONTRADIÇÃO AO CAPITAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

José Carlos de Oliveira Ribeiro¹

Arlete Ramos dos Santos²

Resumo: Este artigo traz uma discussão referente aos movimentos sociais do campo e trata de políticas públicas, dentre elas, o programa de reforma agrária para a redistribuição de terras nos espaços rurais, além de assistência aos assentados, serviços de saúde e educação nos assentamentos rurais, responsáveis por faz com que o camponês possa permanecer na terra, produzir e melhorar suas condições de vida, sem precisar de ir em busca de trabalho em propriedades capitalistas, ou mesmo, sujeitar-se às condições de trabalho impostas pelo agronegócio. A agricultura camponesa cultiva uma grande variedade de produtos e o agronegócio trabalha com a monocultura, pois o objetivo é produzir em larga escala para exportar a produção para acúmulo de capital. No desenvolver do trabalho demonstramos as contradições e hegemonia do capital e das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A pesquisa teve como embasamento no materialismo histórico-dialético, pois este método é capaz de demonstrar a realidade concreta do objeto de estudo, cuja metodologia se baseia na pesquisa bibliográfica. Trata-se de um recorte de pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Palavras Chave: Campesinato. Movimentos sociais. Políticas públicas.

Introdução

Os assentamentos rurais representam a materialidade das lutas realizadas pelos trabalhadores sem-terra, os quais se forma devido a não distribuição das terras para esses indivíduos. Tais grupos são formados por pequenos agricultores, que por algum motivo perderam suas terras para os grandes latifundiários, ou porque nunca foram proprietários, mas

¹ Especialização em Gestão da Inovação no Setor Público pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Especialista no Ensino de Geografia - FACE (Faculdade de Ciências Educacionais). Professor da rede pública de ensino no município de Poções (BA). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC/CNPq). E-mail: carlosoliveira80@yahoo.com.br.

² Pós-Doutorado pela UNESP; Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e professora da Pós graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais; Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas da Educação - CEPECH/DCIE/UESC, com registro no CNPQ. E-mail: arlerp@hotmail.com.



que sempre almejavam conseguir a posse ou lote de terra com o objetivo de produzir alimentos para a subsistência da família. Sobre as lutas no campo, Oliveira (2010, p. 3) relata sobre a expansão do capitalismo a partir da década de 1964, segundo a referida autora “[...] o campo brasileiro transformava-se em um espaço de conflitos intensivos, cresciam as desigualdades sociais e aumentava a concentração fundiária, intensificando a Luta pela Terra no país [...]”.

Ao longo da história do Brasil, os trabalhadores rurais sempre foram alvos da exploração por parte dos grandes latifundiários que representavam os detentores dos territórios e do trabalho. Esses trabalhadores passaram por um processo de expropriação para chegarem ao estágio atual. Inicialmente, eles foram escravizados, porém houve momentos em que lutaram para fugir da situação de exploração em que viviam. Assim, procuravam formar os “quilombos”, lugares bem distantes das propriedades, em que desfrutavam de um pouco de liberdade.

Em 1850, a Lei de Terras, nº 601, que foi implementada pelo governo impôs o fim da escravidão e a independência do Brasil. Ela não dava direito aos negros à posse da terra, pois esta só era adquirida por meio da compra e da venda, fato que impossibilitou a classe camponesa de adquirir terras.

Nesse processo de expropriação dos camponeses, emerge a produção no espaço rural, marcada pelo esforço de um povo que se organiza para permanecer na terra mediante lutas e superação de desafios. Assim, esse povo vai resistindo diante do capitalismo, por meio da agricultura camponesa em busca de uma produção de subsistência, para atender às necessidades alimentares da família.

Apesar das lutas e conflitos para que os camponeses consigam uma posse ou lote de terra, aqueles que já conseguiram vivem em péssimas condições de vida, pois a produção agrícola é ainda bastante deficiente na maior parte dessas unidades de produção, uma vez que dependem muito das políticas públicas do governo, no sentido de implementar ações que possam garantir a “produtividade” nos assentamentos rurais. Dessa forma, a estratégia que os camponeses recorrem para conseguir demonstrar suas insatisfações são as manifestações em frente aos palácios dos governos, reivindicando recursos para o atendimento das necessidades das famílias assentadas. Com isso, a vida do camponês em resistência ao capitalismo é sempre marcada por lutas e conflitos, já que a distribuição das terras continua de maneira desigual e a questão fundiária do país um grave problema social.

No município de Vitória da Conquista no Sudoeste da Bahia, o primeiro assentamento rural foi o Assentamento Amaralina, que surgiu em 1987 com apoio de várias organizações governamentais e não governamentais como: partidos políticos, setores da igreja, sindicato dos trabalhadores rurais dentre outros. Na época da ocupação não houve conflito entre o proprietário e os camponeses, porque se tratava de uma área já legalizada para projeto de assentamento, mas houve muitas lutas para garantir a permanência.

Com a política de assentamentos, por meio da organização social, no município de Vitória da Conquista no Sudoeste da Bahia, muitos camponeses buscaram cobrar do Estado a implementação de novos assentamentos, uma vez que durante as campanhas eleitorais a reforma agrária é tema de muitos discursos, mas na prática tem ocorrido essencialmente por meio da luta dos trabalhadores. Devido a estes atrasos na efetivação dos projetos de reforma agrária, surgem os acampamentos em áreas que, possivelmente, servirão para enquadrarem projetos de reforma agrária.

Por outro lado, a relevância da temática se baseia em estudar as relações de trabalho nos assentamentos e a problemática da distribuição das terras, além das condições de vida das populações que residem em assentamentos rurais. A realidade atual é de condições precárias, como a falta de investimentos na infraestrutura, e a produção agrícola sem acompanhamento técnico, além da falta de políticas públicas para a educação do campo, que sempre foi uma reivindicação dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Conforme Gonçalves e Araújo (2020, p. 2371), “[...] o foco recai sobre os aspectos educacionais que vêm se materializando em uma ação mais ampla junto a outros movimentos sociais do campo, que a partir da década de 1990 se denominam Movimento Por uma Educação do Campo[...]”. Para tanto, a luta dos movimentos sociais do campo é para garantia de sustentabilidade para os camponeses nos assentamentos rurais.

Para essa discussão, cabe uma diferenciação entre agricultura familiar e agricultura camponesa. Entendemos que agricultura familiar é uma imposição do agronegócio, uma vez que este tipo de agricultura, pode ser desenvolvida na terra do camponês ou na propriedade do capitalista, onde o trabalhador entra no negócio com o trabalho e no final da colheita, recebe uma porcentagem da produção. Já na agricultura camponesa, a produção está focada apenas na produção de alimentos para alimentar a família, e quando há excedente, o camponês vende no mercado mais próximo, para comprar alimentos industrializados, dentre outros produtos.

A pesquisa tem como base o método materialismo histórico-dialético, por ele ser capaz de explicar a realidade concreta, e isto pode ser observado nos movimentos sociais que é o resultado da materialização das lutas por terra e outras finalidades. Conforme Martins e Lavoura (2018, p. 224), o materialismo histórico-dialético é “[...] método de conhecimento da realidade concreta sistematizado por K. Marx e F. Engels, cujas bases e elementos centrais são resultantes de um longo e rigoroso processo de investigação[...]”.

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa ainda em andamento, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e adotará a pesquisa bibliográfica como forma de compreensão da realidade.

Atuação dos movimentos sociais organizados no campo

Se por um lado os capitalistas querem dominar os camponeses, por outro surgem os movimentos de resistência que lutam pela terra e pela permanência nela, bem como a garantia de sustentabilidade nos projetos de assentamentos mediante programas de financiamento que possibilitem a produção diversificada (que atenda tanto às famílias camponesas quanto ao mercado interno, pela comercialização do pequeno excedente), melhores condições de vida para as famílias que consomem tais produtos, melhorias de infraestrutura nos assentamentos (garantindo moradia, educação, saúde etc. para as famílias assentadas), além de exercer pressão em relação ao Estado para liberação e legalização de outras áreas para desapropriação e implementação de novos projetos de reforma agrária no Brasil. A luta dos camponeses é histórica, conforme aponta Fernandes (2003, p. 7-8),

Durante o século XX, surgiram diversos movimentos camponeses: as Ligas Camponesas, A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, O Movimento dos Agricultores Sem Terra, que foram perseguidos e extintos pela ditadura militar que começou em 1964 e perdurou até 1984. Sobreviveu apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, por meio da intervenção e da cooptação.

Nasceu a Comissão Pastoral da Terra que gerou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. E a luta camponesa reforçou a história, recuperando a sua memória, mantendo os seus princípios e construindo o seu futuro, do qual o MPA vem se juntar.

No Brasil, um dos movimentos que vem crescendo consideravelmente é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) oriundo de movimentos camponeses mais antigos.



Em função da ação do MST, hoje presente em todo país, diversos outros movimentos camponeses começaram a se organizar, alguns com escala e ação nacional, regional, outros locais. Contudo, sem dúvida, a importância do MST enquanto marco na luta pela terra no país é inquestionável. Primeiro, por conseguir se organizar em praticamente todos os estados da Federação, segundo por conseguir agregar centenas e milhares de famílias — as quais entram na luta pela terra, expressando o conflito presente no campo brasileiro na atualidade — tais organizações materializadas nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Dessa forma, eles ocupam terras de propriedades dos grandes latifundiários, muitas vezes são expulsos por meio da repressão policial, mas não desistem de um dia serem assentados na terra, novamente se organizam em acampamentos próximos a áreas que foram ocupadas anteriormente.

Muitos acampados, diante da demora do Estado no assentamento das famílias, acabam desistindo da terra. Já nos assentamentos, as dificuldades em produzir, em razão da falta de investimentos, repercutem em precárias condições de vida para essas famílias, ou mesmo no abandono da terra. Dessa forma, não resta aos camponeses outra opção a não ser retornarem às propriedades dos latifúndios (para viverem do trabalho temporário, na maioria das vezes) ou à periferia das cidades. Assim, o ciclo recomeça, os camponeses que lutavam para conseguirem a terra as perdem e vão se juntar às massas de desempregados nas cidades ou no serviço assalariado, quando conseguem vender a força de trabalho nas propriedades rurais dos capitalistas.

É dessa forma que se pode compreender a reprodução do espaço agrário brasileiro e a mobilidade dos camponeses que ora é camponês na luta pela terra, ora é transformado em desempregado na cidade ou empregado na indústria, configurando uma realidade que representa as relações de trabalho do camponês brasileiro. Há situações em que, mesmo o camponês vivendo no assentamento, os filhos vão estudar na cidade e não retornam mais, assim, permanecem na cidade trabalhando, vendendo sua força de trabalho, na maior parte das vezes, de forma precária, sem os direitos trabalhistas ou na informalidade, e quando não conseguem, o mundo da marginalidade passa a representar uma possibilidade concreta (RIBEIRO, 2008).

Para Ribeiro (2008), o camponês sem os filhos para trabalharem na sua terra no preparo do roçado se vê obrigado a contratar trabalhadores para essas atividades, quando possuem recursos para isso, transformando, assim, o trabalho camponês em trabalho remunerado, ou ele mesmo tendo que sair para se empregar em propriedades vizinhas. Quando consegue produzir

um pequeno excedente, esses produtos são vendidos, transformado em dinheiro, que vai garantir a compra de outros produtos que o camponês não produz (alimentos, roupas, sapatos etc.).

Devido a essas grandes dificuldades que o camponês tem para organizar a produção, principalmente a venda do excedente, os movimentos sociais, a exemplo do MST, vem incentivando tanto a produção coletiva, quanto a comercialização dos produtos por meio de cooperativas, que pode representar melhor preço e um maior retorno financeiro para as famílias.

O caminho para a interferência sobre as unidades camponesas seria cooperativismo, a única forma eficaz, segundo Chayanov, para competir em uma estrutura de mercado consolidado mundialmente, visivelmente sob o controle das grandes corporações. Assim o aparato técnico e objetivo da produção camponesa somente poderia ser resgatado mediante a organização cooperativa, que à induziria ao uso coletivo de instrumentos e meios de produção, resultando no aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida Almeida (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 119).

Ainda segundo as autoras, essa mudança na agricultura camponesa não significa que o campesinato tenha chegando ao fim, uma vez que não se pode dizer que a agricultura camponesa seja o mesmo que agricultura familiar (integrada ao capital), embora agricultura camponesa se caracterize pelo trabalho familiar. A agricultura camponesa possui como princípio básico não o mercado, mas a terra, o trabalho e a manutenção da família, uma economia tipicamente camponesa que embora estabeleça relações com o mercado capitalista, não encontra inteiramente dependente dele, salvaguardando relativa autonomia. Dessa forma, o campesinato sempre irá resistir, enquanto durar o capitalismo de produção. Sobre isso, Fernandes (2003, p. 15) destaca que:

[...] De acordo com a corrente teórica que defende a existência do campesinato, podemos afirmar que todo camponês é agricultor familiar, mas, conforme a teoria da agricultura familiar, não se pode dizer o contrário. Isso porque, entre os teóricos do fim do campesinato, que não (viram o fim do camponês) surgiram alguns pensadores que resolveram criar um nome para os camponeses, que tem o mesmo significado, mas que não os carrega a sua história e nega a sua resistência.

A construção do nome agricultura familiar está relacionada com a seguinte ideia: como a subordinação do camponês ao capital é fato. E sua destruição e recriação também acontecem dentro dos parâmetros determinados pelos interesses do capital, defende-se que o camponês deve se subordinar obedientemente ao capital, sendo domesticado sem resistência a esse processo. Ou seja, os teóricos da agricultura familiar defendem que os camponeses aceitem essa fatalidade. Isso porque, para esses pensadores, não

existe perspectiva fora do capitalismo, de modo que o campo das possibilidades não há espaço para a contrariedade. A teoria da agricultura familiar foi construída e aprisionada na lógica do capitalismo agrário. O processo de destruição e recriação do campesinato é inerente ao desenvolvimento do capitalismo [...].

A produção agrícola dos assentamentos rurais do Brasil em que tem sido adotado esse modelo de cooperativismo, mesmo sendo subordinados ao capitalismo, consegue resistir enquanto classe camponesa e, com poucos recursos financeiros e tecnológicos, apresenta uma produção superior em variedades de alimentos a dos grandes capitalistas que possuem todos os investimentos para aumentarem a produção, mas que não produzem grande variedade de alimentos. Segundo Mitidiero Junior e Barbosa (2016, p. 9), “[...] os 10 anos do Censo é um feliz aniversário amargo aos pequenos produtores camponeses responsáveis pela maior parte dos alimentos produzidos no Brasil[...]” com base nos dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas — IBGE (2006), 80% dos alimentos consumidos no país são alimentos pelos trabalhadores camponeses.

Por outro lado, diversas famílias assentadas não conseguem aumentar a produção, mantendo-se no lote de terra com bastante dificuldade, permanecendo nas áreas de reforma agrária com uma infraestrutura deficitária, onde falta água tratada, estradas em condições de uso para escoamento dos produtos para chegar ao mercado consumidor, dentre outras questões. Geralmente, é produzido pouco, apenas para alimentar a família e para vender o excedente e comprar outros produtos que não são produzidos nas terras, conforme pontua Oliveira (1986), o camponês vende mercadoria para comprar mercadoria e não para produzir capital. Essa mercadoria quase sempre representa alimentos, em outras ocasiões, roupa, sapato ou algum remédio para suprir as necessidades básicas da família, porém, a produção de cada família camponesa é pequena, mas o número de produtores é grande, o que favorece o abastecimento nos mercados locais em todo país.

É preciso que políticas públicas sejam implementadas no sentido de permitir melhores condições de vida para as populações que são assentadas nos projetos de reforma agrária, pois é verificável que somente a distribuição das terras não resolve o problema do campo. Assim, é necessário considerar que não existe infraestrutura para garantir a produção e possibilitar melhores condições de vida à população local, de modo que os posseiros sejam beneficiados com saúde, educação para os assentados e uma educação do campo que trabalhe a realidade de vida desses camponeses.

É evidente que, por meio da luta dos trabalhadores sem-terra, várias reivindicações têm sido atendidas, fato que favorece a organização nos assentamentos e reflete na produção das famílias. Por outro lado, é significativo o número de assentados que apresentam dificuldades concretas, até mesmo para atender suas necessidades básicas. Em meio a tais problemas, a luta pela terra segue por todo o país e novas ocupações são realizadas, enquanto reflexo da própria crise do modo de produção capitalista – pautado no desemprego estrutural, sua face mais evidente. Esses desempregados, já sem esperança de conseguir um emprego, engrossam as filas dos que lutam por um pedaço de terra.

[...] Uma das características do campesinato brasileiro, já salientou José Souza Martins, é que ele é um campesinato que quer a terra para entrar nela, e não um campesinato que quer sair da terra, como na transição européia do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, pois de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação e recriação (OLIVEIRA, 1996, p. 484).

Dessa forma, o espaço rural vem sendo produzido e reproduzido, além de apresentar uma paisagem em constante transformação, em razão dos conflitos existentes entre classes sociais antagônicas. Por outro lado, mesmo considerando diversos estudos que dão sustentação à análise da reprodução do trabalho camponês sobre a égide do capitalismo de produção e da ação ativa dos movimentos sociais de luta pela terra, Fernandes (2002) demonstra uma preocupação sobre uma nova forma de investida do capital sobre o campesinato, que busca transformá-lo em agricultor familiar, convertê-lo em força de trabalho para o capital e afastar o papel político do campesinato, enquanto classe no campo.

Ainda de acordo com Fernandes (2002), não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Entretanto, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje, a saber, a luta pela terra e não apenas uma reprodução no capitalismo. Porém, os autores que dizem ou escrevem assim, desconsideram que o campesinato, embora subordinado ao capital, possui forte vínculo com a terra e uma trajetória histórica de luta pela permanência no campo.

Dessa forma, o capitalismo de produção desenvolve-se de maneira contraditória, pois exclui uma parte da sociedade que não usufrui desse capital produzido, causando assim, muita

insatisfação. Com isso, surgem os conflitos dos movimentos sociais de luta pela terra, constituindo-se importantes movimentos políticos. Como descreve Martins (1983, p. 27-28):

Uma perspectiva evolucionista tem permeado estudos, de brasileiros e não-brasileiros, a respeito dos movimentos sociais no campo. A partir do caso brasileiro, concretamente, tal campo ordena os diferentes movimentos da seguinte maneira: messiânicos, como aconteceu em Canudos e no Contestado; banditismo social, como aconteceu no Nordeste com Antônio Conselheiro Silvino o Lampião; associativismo sindicalismo, como aconteceu com as Ligas Camponesas e com os sindicatos dos trabalhadores rurais. Essa perspectiva é congruente com a concepção, difundida particularmente entre autores marxistas, mas não só constitui em movimentos pré-políticos. Apenas a partir de uma força de fora, isto é, de cima, é que esses movimentos ditos. [...].

Os movimentos sociais no Brasil lutam por várias reivindicações, desde a posse da terra, até a permanência, bem como as melhorias da infraestrutura nos assentamentos já legalizados. Além disso, luta para que mais áreas sejam legalizadas e transformadas em assentamentos.

Melo Neto (2005) descreve que é comum afirmar que o Brasil é um país de profundas contradições. No meio acadêmico uma das contradições mais intrigantes é a subestimação dos estudos sobre a realidade social do meio rural. O mercado editorial revela o quanto este tema vem sendo relegado dos anos 1980 em diante. Os pesquisadores da área procuram dispor de informações que possam reverter este cenário de descaso, pois revelam que a população rural não se reduziu tal como os institutos de pesquisa quantitativa sugerem; que a cultura rural vai se tornando significativa na produção cultural nacional; indicam a pujança dos movimentos sociais. Mesmo assim, o caráter quase exclusivamente urbano das pesquisas sociais nacionais geram uma barreira analítica. O que nos impede de percebermos as origens da cultura híbrida do brasileiro.

Ainda de acordo com Melo Neto (2005), somos “rururbanos” na alma, isto é, meio tradicionais e meio modernos, somos transgressores sem romper com a ordem social, somos místicos e declaradamente pragmáticos. Os movimentos sociais brasileiros são nitidamente comunitaristas, marcados por uma sociabilidade tipicamente rural, mesmo aqueles com longa trajetória de lutas urbanas. Não por outro motivo, a organização social com maior poder de mobilização do país é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Contudo, no meio rural encontramos, ainda, as inovações sociais e políticas mais significativas: as lutas pela sustentabilidade econômica; os enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais, como é o caso da transposição do Rio São Francisco; os modelos de gestão

participativa mais radical, como os processos de reassentamento rural nos casos de construção de barragens e os projetos de combate à pobreza, como a construção de cisternas na região do semiárido.

Melo Neto (2005) destaca que, estrangeiro em seu próprio país, o mundo rural continua exótico, estranho para grande parte dos brasileiros, incluindo nossos pesquisadores sociais. Daí, não compreendermos claramente a atuação dos movimentos sociais rurais. Se nos anos 1980 alguns estudos sugeriam uma novidade social que vinha do campo, rompendo com os mandonismos locais, no início do século XXI, já era perceptível que a novidade se transmutava, revelava ambiguidades, caminhava sob lógicas pouco coerentes.

Diante disso, não existem muitas pesquisas científicas que estudam os movimentos sociais no Brasil, isso nunca foi motivo para que houvesse um recuo, pelo contrário, os camponeses vêm conseguindo se projetar na mídia e conquistando muitos dos seus objetivos através das constantes lutas frente ao Estado. Dessa forma, por mais que a classe dominante tente barrá-los, ainda assim, vão unir forças, graças à participação popular em massa, formada por pessoas em sua grande maioria, homens e mulheres simples, mas que, em comum, têm o mesmo objetivo: ser atendido pelo Estado e conseguir avançar nas negociações para a distribuição de terra para camponeses; redistribuir terras para os atingidos por barragens; demarcar área indígena e, sobretudo, investimentos em programas que garantam a permanência dos camponeses na terra, de maneira que possam produzir. Assim, as lutas dos movimentos sociais rurais sempre vão existir, uma vez que elas fazem parte da sua cultura, como forma de resistência ao sistema político econômico vigente no país. Conforme demonstra Melo Neto (2005, p. 2)

Ambiguidades, ou melhor, a ambivalência da cultura política rural parece ser uma marca nítida das ações do homem do campo. Uma característica da cultura rural: uma cultura não hegemônica, desprezada pelo centro político e econômico do país, inferiorizada e que resiste a esta condição, mas que se traduz numa forte hierarquia social no seu interior, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e costume. A resistência e a tradição andam ao lado da transgressão, ressentimento e revolta. Esta condição leva ao apartamento social e daí as ações de resistência política sempre estarem revestidas de transgressão ou inovação na gestão territorial. Daí a explicação para saques em regiões de seca, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos, co-gestão de sistema de representação político-social do meio rural foi duramente questionado por uma série de movimentos sociais que explodem nas regiões e categorias sociais de fronteira, pouco ou nada assistidas pela legislação ou estrutura sindical vigentes. Este é o caso da luta pela terra (defendida pelo sistema contaguiano apenas nos limites do Estatuto

da Terra, o que excluía a luta de ribeirinhos, seringueiros, sem-terra e boias-frias), lutas de assalariados rurais temporários e tantos outros segmentos sociais.

Os movimentos sociais rurais dos anos 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política: contra a ordem social que os exclui e contra as organizações formais de representação social que não os acolhe. Daí a proposta de um caráter autônomo, frente aos partidos políticos e estruturas formais de representação (o que nem sempre acontece em sua totalidade). O discurso inundado de simbologia, de natureza teleológica (quase proféticas) das palavras de ordem. Daí a preferência por estruturas de organização horizontalizadas, o assembleísmo na tomada de decisões, a forte desconfiança em relação às instituições públicas. Um ideário de distanciamento do instituído e de crença em um futuro.

Movimentos sociais e atualidades

Ribeiro (2020, p. 5) e Santos (2016, p. 27) concordam que atualmente os movimentos sociais são marcador por certo consenso, uma vez que não se fazem enfrentamentos em busca de políticas públicas para os assentamentos existentes, tampouco, abertura de novos assentamentos para atender as famílias sem-terra no Brasil. Entretanto, os pesquisadores acreditam que o enfrentamento é necessário e deve retomar, principalmente neste cenário político que o país atravessa, marcado pelo desgoverno e desconstrução de políticas públicas realizados pela gestão bolsonarista.

Assim, os movimentos sociais precisam ativar suas energias de luta, pois se nos governos de esquerda os movimentos sociais se mantiveram no consenso, atualmente a política do governo bolsonarista tem feito uma administração na base do fascismo. Magalhães (2020, p. 9) argumenta que “[...] Bolsonaro e seu movimento neofascista a tarefa era/é criar condições para um golpe de Estado que transcenda os limites de um governo fascista no interior do regime democrático [...]”.

Dessa forma, as lutas dos movimentos sociais por terra devem voltar a pressionar os governos com enfrentamentos, capazes de romper com as estruturas políticas do governo atual, pois as crises na economia, sobretudo, a crise sanitária tem afetado em cheio as populações do campo.

Considerações finais

O presente estudo buscou uma compreensão dos movimentos sociais de luta por terra e das contradições do capital, para tanto realizou uma discussão sobre as condições em que vivem os trabalhadores e trabalhadoras camponeses no decorrer da história, das políticas públicas para o campo, no contexto do Brasil, com algumas reflexões sobre as lutas camponesas no Sudoeste da Bahia, com embasamento no materialismo histórico-dialético.

Percebemos que as políticas públicas para o campo, no que se refere à redistribuição de terras mediante projetos de reforma agrária, bem como o acesso à educação para todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo ainda é um sonho para muitos camponeses, uma vez que as políticas públicas não tem alcançado a todos. Adquirir terra para trabalhar e educação de qualidade para todos e todas filhas e filhos de camponeses que querem continuar seus estudos.

Assim, Santos (2016) relata que os movimentos sociais estão atualmente vivendo um consenso entre o Estado, uma vez que as lutas camponesas estão arrefecidas. Ficou evidenciado, a partir da entrada no governo federal atual, os partidos políticos que dão apoio os movimentos sociais, daí então o consenso, pois muitos líderes de movimentos sociais passaram a fazer parte da equipe do governo e isso, de certa forma, causou uma retração dos movimentos sociais de lutarem e pressionarem o governo para implementar as políticas públicas no campo.

Diante disso, as lutas devem continuar e os enfrentamentos devem existir, pois os trabalhadores e trabalhadoras sempre que conquistaram alguns direitos foi mediante lutas, tanto no campo quanto na cidade.

Referências

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. PAULINO, Elaine Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, 2000.

BRASIL, **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império, 1850. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 7 de maio de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e / ou Agricultura Familiar. *In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, João Pessoa/PB, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O Futuro do MPA. **Caderno de Estudos do MPA Nº 1**, Brasília- DF, Secretaria Nacional do MPA, 2003.

GONÇALVES, Marli Clementino, ARAÚJO, Neuton Alves. Movimentos sociais do campo, política educacionais e formação humana. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 15, n. esp. 3, p. 2369-2381, nov., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riatee.v15iesp3.14444.2370>. Acesso em: 12 de maio de 2021).

MAGALHÃES, Gabriel. **O capital e o uso oportunista do genocídio como acelerador da reversão civilizacional**: notas sobre a luta de classes no Brasil de Bolsonaro. Potemkin v. 1, n. 3, 2020. Volume I, Número III. 2020 – potemkin (sinasefe-ifc.org) acesso em 27 – 02 – 2021.

MARTINS, José de Souza, **os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. ed 2ª, Petrópolis Rio de Janeiro, Editora, 1983.

MARTINS, Lúcia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: [materialismo dialético.pdf](#). Acesso em: 17 de abril de 2021).

MELO NETO, João Cabral de. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, 2005. Disponível em: www.espaçoacademico.com. Br. Acesso em: ago. de 2021.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio, BARBOSA, Humberto Junior Neves. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006, feliz aniversário camponato. **XVIII Encontros Nacional de Geógrafos**, A construção do Brasil: Geografia ação política e democrática. ISBN 978-85-999-07-07-8. 1467211289_ARQUIVO_TextointeiroENG2016.pdf (agb.org.br) (acesso em 12 de maio de 2021).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo – SP, Editora Ática. 1986.

OLIVEIRA, Maria Rosa do Carmo. “A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia”: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia.” **Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia**: UESC, 09 A 11 de junho de 2010. Microsoft Word - Maria Rosa do Carmo Oliveira (uesc.br) (acesso em 7 de maio de 2021).

RIBEIRO, José Carlos de Oliveira. **Agricultura camponesa, reprodução do espaço e condições de vida no Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista na Bahia**. (Trabalho monográfico de final de curso: Volume 1) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

RIBEIRO, José Carlos de Oliveira. SANTOS, Arlete Ramos dos. Movimentos sociais da atualidade, Capital, Escolarização do Negro e Participação no Mercado de Trabalho.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25a 28
Agosto 2021



Periódico Científico Potemkin Sinasefe Litoral. v. 1, n. 3, 2020. Volume I, Número III.
2020 – potemkin (sinasefe-ifc.org) Acesso em 27 – 02 – 2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo)desenvolvimentista:** Movimentos sociais e reforma agrária de consenso. ed. 1ª. Editora CRV, Curitiba, 2016.